

Prazo para acordo evitará buraco negro

Decisão é de Ulysses: durante negociações, votação em plenário não será suspensa

Sempre que um destaque para votação em separado não obtiver o quorum necessário de 280 votos, será aberto um prazo de até 48 horas para negociações e mais 24 horas para apresentação de novos destaques. Ao longo desse período, porém, a votação da Constituinte, não será interrompida: prosseguirá nos itens seguintes, até que seja possível retomar à questão suspensa. Esta foi a interpretação dada ontem pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para a chamada questão do buraco negro, ou seja, o receio dos constituintes de que, a cada vez que um destaque para votação em separado não obtivesse 280 votos, a matéria deixasse de constar da nova Constituição — pois o item correspondente do texto básico estaria também rejeitado.

A decisão de Ulysses foi baseada no aproveitamento do artigo 10 do Regimento Interno da Constituinte, que prevê a abertura de 48 horas mais 24 para apresentação de destaques, sempre que não for possível aprovar um título ou capítulo da nova Constituição.

Esta foi a solução encontrada por Ulysses para resolver o impasse na votação do § 3º do artigo 6º que trata do direito de propriedade, provocado pela omissão do regimento feito pelo Centrão. Com sua decisão, Ulysses conseguiu o que quinta-feira à noite parecia impossível: satisfazer o grupo fiel ao líder do PMDB, Mário Covas, e o Centrão e as esquerdas.

— Foi uma decisão sábia. E para nós é muito mais importante do que para o Centrão garantir a permanência; no texto, de temas polêmicos, como o direito dos trabalhadores — afirmou o deputado José Genoíno (PT-SP) sorridente, após a sessão de ontem. "Vai sair um texto negociado, como está sendo todo o texto, mas isso é melhor do que a omissão", comentava ele. O Centrão, por outro lado, conseguiu a interpretação que seu líder Bonifácio de Andrada (PDS-MG) insistia desde

quinta-feira para que fosse adotada. "Nós do Centrão estamos dispostos a negociar, a dialogar", voltou a afirmar ontem Bonifácio.

Como existem 136 destaques para votação em separado, Ulysses criou uma novidade regimental que vai evitar os atrasos provocados por sucessivos impasses: o plenário continuará votando os dispositivos seguintes ao ponto polêmico até ser alcançado o acordo sobre este ponto. Só então a matéria em suspensão será apreciada.

Certo de trazer consigo uma obra-prima de jatinho regimental, o presidente Ulysses Guimarães entrou no plenário às 10h50 com um bom humor que há muito tempo não demonstrava. Esbanjando do latim, disse que a figura da lacuna jurídica, clássica, sob a denominação de *vocatio legis*, só agora recebeu a tradução portuguesa de buraco. "Alguns dizem buraco negro e outros, mais além, já estão falando em buraco cinzento", brincou Ulysses.

O destaque de Covas foi votado logo após o esclarecimento de Ulysses sobre o impasse regimental, e o texto do Centrão acabou rejeitado por 208 votos a 20. Como só votaram 244 constituintes, a sessão foi suspensa por falta de quorum e as outras emendas para o parágrafo 3º continuarão a ser examinadas na segunda-feira.

Logo que o destaque de Covas começou a ser encaminhado, o líder centrista Luiz Eduardo (PFL-BA) passou a orientar os membros do Centrão para se retirarem, a fim de forçar a interrupção da sessão por falta de quorum. Ao encaminhar o encaminhamento do destaque de Covas, outro líder do Centrão, deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), justificou a saída de seus companheiros dizendo que eles estavam se retirando do plenário porque achavam que era hora de negociar. O próprio Bonifácio, no entanto, ficou no plenário e não votou.



Como Presidente em exercício da República, Ulysses Guimarães reúne-se no Planalto com os líderes da Constituinte

Tática por 5 anos é prejudicada

Mesmo de forma indireta, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, derrubou ontem a tática que consistia em deixar em branco o artigo sobre o mandato do presidente José Sarney, nas disposições transitórias, articulada pelos constituintes ligados ao Palácio do Planalto, para fazer prevalecer o texto do título IV, que prevê cinco anos de mandato. Ulysses provocou isto ao definir que deverá ser elaborado outro texto pelo relator no caso do surgimento do buraco negro, — quando ne-

nhum dos grupos conseguisse os 280 votos.

Por coincidência, a decisão do presidente da Constituinte foi tomada a partir de uma questão de ordem levantada pelo líder do PMDB, Mário Covas (SP), devensor do mandato de quatro anos para o presidente Sarney. Na sessão de quinta-feira, na votação do parágrafo sobre propriedade privada, Covas colocou que o texto deveria ficar em branco se nenhum grupo conseguisse os 280 votos.

Mas os líderes do Centrão argumentaram que, neste caso, deveria ser elaborado um novo texto pelo relator, para ser votado em 48 horas, visando acabar com o buraco negro.

Naquele momento, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) lembrou a Covas que, se Ulysses apoiasse a sua tese, os defensores dos cinco anos poderiam utilizar a mesma tática na votação do atual mandato presidencial, nas disposições transitórias.

Covas reconheceu o risco, comentando com Vivaldo:

— Realmente, isto me perturba, mas temos que levantar esta questão agora.

Ulysses não respondeu na hora, preferindo suspender a sessão, para desespero dos esquerdistas. Ontem, deu uma resposta que favorece o Centrão no caso da propriedade privada, porque exige a aprovação de um texto para este parágrafo. O destaque para votação em separado apresentado por Covas não poderá funcionar como uma emenda supressiva.

Propriedade sem consenso

O desencontro de informações sobre um acordo que teria sido fechado pela manhã sobre a polêmica questão do direito de propriedade, deixou preocupado o líder do PMDB, Mário Covas, após sair de uma reunião com líderes do Centrão no Palácio do Planalto, na parte da tarde. Ao sair da mesma reunião o deputado Luiz Eduardo (PFL-BA) revelou que o Centrão não havia chegado a nenhuma definição sobre a proposta de acordo surgida na sessão matutina, enquanto o líder peemedebista dava o assunto como liquidado, tendo inclusive a fórmula de acordo nas mãos.

A fórmula, apresentada pelo senador Virgílio Távora, diz que é garantido o direito de propriedade, protegido pelo Estado, subordinado ao bem-estar social. A lei estabelecerá o procedimento de desapropriação pelos poderes públicos nos casos de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.

O acordo teria sido possível mediante a aceitação pelo Centrão da subordinação de direito de propriedade à sua função social, em troca do pagamento em dinheiro dos bens desapropriados para fins de utilidade e necessidade pública, exceto os casos de reforma agrária e urbana.

Depois de passar duas horas reunido com o presidente da

JULIO ALCANTARA



Luiz Eduardo Magalhães

Parlamentaristas não vão impugnar emenda

Os autores da emenda presidencialista que tem preferência para votação em plenário, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), anunciaram ontem a desistência do bloco parlamentarista em alegar irregularidades regimentais para impugnar esta emenda. Lucena foi tranquilizado pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que seria o responsável pela defesa da irregularidade da emenda, enquanto Vivaldo recebeu do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) — autor da emenda parlamentarista — a garantia de que a impugnação, anunciada terça-feira pelo próprio Egidio, não será tentada pelo seu grupo.

A possibilidade de impugnação da emenda pelo fato das 348 assinaturas terem sido recolhidas

Constituinte, Ulysses Guimarães, e os líderes peemedebistas Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e o relator Bernardo Cabral — no Palácio do Planalto — o representante do Centrão, Luiz Eduardo, foi categórico ao negar que existisse um acordo fechado sobre a desapropriação, e anunciou: "A princípio vamos votar na segunda-feira sem um acordo. Estamos analisando algumas propostas, mas se não for possível o entendimento até lá, vamos mobilizar nossos parlamentares e tentar trazer os 280 para aprovar o direito de propriedade com indenização prévia e em dinheiro para os casos de desapropriação".

Ele informou ainda que se o texto do Centrão não for aprovado na segunda-feira, "liquidando o assunto", será tentada uma nova rodada de negociações. O deputado José Geraldo (PMDB-MG), também presente à reunião em nome do Centrão, informou que a proposta do senador Virgílio Távora pode levar a um entendimento, mas a decisão final só poderá ser tomada na segunda-feira de manhã, quando acontecerá uma nova reunião para discutir uma saída para a conciliação do direito de propriedade, antes de partir para o voto.

Ao ser informado da nova posição do Centrão, o líder Mário Covas mostrou-se surpreso, revelando que o assunto "propriedade" sequer foi discutido na reunião do Planalto por que todos consideravam que o tema estivesse liquidado, com o entendimento em torno da fórmula Virgílio Távora.

Ele lembrou que pela manhã o texto do acordo chegou a ser lido em plenário e o Centrão concordou em aceitá-lo, com o compromisso de votar no capítulo da ordem econômica, a forma de pagamento à desapropriação para efeito de reforma agrária e urbana.

— Se ele disse isso, que não há acordo, é bom mesmo que seja publicado, por que nos deixa à vontade para agir como acharmos melhor na segunda-feira — alertou Mário Covas, preocupado com a possibilidade de novo impasse quanto ao direito de propriedade.

Antes, ele lera o trecho da Bíblia onde um homem rico, que estava atrás da vida eterna, deixou de seguir Jesus para não se desfazer das suas propriedades, doando-as aos pobres.

Depois disso, o senador dirigiu-se ao deputado Bonifácio de Andrada, lembrando seus ancestrais que escreveram a Constituição de 1823. "Asseguravam a plenitude do direito de propriedade, ressalvada a desapropriação, sendo o proprietário previamente indenizado no valor dela. Não falavam em dinheiro", criticou Carneiro.

— Os Andrades de 1823 não pensavam no dinheiro, mas sim no valor da propriedade — encerrou o senador.

Na segunda-feira, às 14h30, os presidencialistas terão uma reunião de articulação, convocada pelo senador Marco Maciel (PFL-PE).



Nelson e a Bíblia

Senador usa a Bíblia para fazer crítica

Depois do urinal e do revólver calibre 38, ontem foi a vez de a Bíblia subir à tribuna da Constituinte. Com o livro sagrado nas mãos, o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) leu a parábola do jovem rico do evangelho de São Marcos, para lamentar que, apesar de estarem reunidos sob a proteção de Deus, muitos constituintes têm o seu nome na boca mas não no coração. O senador estava criticando o impasse em torno do direito à propriedade.

— A propriedade criou um tumulto nesta Casa. A vida, a liberdade, a segurança não suspenderam a sessão da Constituinte. O que suspendeu a sessão foi exatamente a propriedade. E curioso — comentou Nelson Carneiro.

— O presidente Ulysses Guimarães, depois de fazer a interpretação da questão de ordem quanto à suspensão dos trabalhos a partir de um impasse no texto, colocou a matéria em votação, mesmo com os apelos de Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), Virgílio Távora (PDS-CE) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG), todos do Centrão, que defendiam a suspensão da sessão.

A proposta do Centrão foi derrotada por 208 votos, mas a presença indicada no painel eletrônico de 244 constituintes fez com que a decisão fosse transferida para segunda-feira.

A transferência já foi por conta da decisão da mesa, explicada por Ulysses Guimarães, de

que "quando ocorrer a figura do *vacatio legis* que pode ser traduzida popularmente como buraco negro, a mesa continua a votação e retorna posteriormente ao texto onde aconteceu o impasse, desde que haja acordo neste sentido e que não tenha sido aprovada matéria excludente", garantiu o presidente, que de bom humor, disse que "mesmo da presidência eventual da República, estarei ligado a desenvolver da Constituinte e a decisão tão importante do assunto que será votado".

EXPLICAÇÕES

A decisão do Centrão de negar quorum à sessão de ontem foi explicada de várias maneiras diferentes pelos seus líderes. Alguns deles, inclusive, acreditam que a votação do direito de propriedade poderá ser novamente adiada, pois os constituintes do grupo só foram con-

Sarney diz que agora está livre das amarras

O presidente José Sarney sentiu-se hoje livre das amarras políticas que dificultavam sua tarefa de governar. Foi isto, precisamente, o que confessou no programa "Conversa ao Pé do Rádio" ontem, quando declarou: "Libertei-me dos entraves que me fizeram buscar harmonizar conflitos que não desejavam que fossem harmonizados. A administração ganhou assim mais vigor, o controle aumentou, a eficiência se expande e há um novo clima de governo".

Sarney voltou a falar na tolerância que tem marcado sua ação nestes três anos de governo para dizer em seguida que "tem havido muita falta de lealdade às diretrizes do Planalto e muitas metas, por isso, não foram cumpridas". Após referir-se à exiguidade de tempo, Sarney disse que não tem mais tempo a perder, razão pela qual determinou a

toda administração, principalmente aos ministros, "numa absoluta vigilância para cumprimento das determinações".

RESPONSABILIDADE

"Quem trabalha comigo, quem me conhece nestes trinta anos de vida pública, há muitos anos sabem do meu cuidado, da minha obsessão e da minha intransigência com relação à seriedade do trato das coisas públicas", disse o Presidente, para acrescentar em seguida que os instrumentos que o governo está implantando para conter as despesas públicas e que projem, por exemplo, toda e qualquer redução de funcionários serão cumpridos com rigor. "Quem desobedecer sofrerá processo de responsabilidade civil, administrativa e criminal", advertiu Sarney.

Dirigindo-se aos ouvintes o Presidente voltou a lembrar a luta que seu governo vem travando contra a inflação, o déficit público e o desemprego e os erros da administração. E lembrou que o compromisso maior do seu governo "é o de lutar pelo desenvolvimento, pelo crescimento econômico e o não à recessão", para concluir afirmando que cre no êxito destes compromissos.

— Durante o meu governo, o Brasil é o país que tem mais crescido no mundo ocidental. Nosso crescimento em três anos é de 21%, o desemprego em dezembro foi de 2,83%. Isto significa que, no lugar de recessão econômica, há mais gente empregada da indústria, e no comércio. Os setores de serviços estão ativos. Por isso é que sempre sou otimista e digo que o Brasil é maior do que todos os problemas. — encerrou o Presidente.

Sem acordo, Centrão não dá quorum para votação

Por falta de quorum, provocada pela saída dos membros do Centrão do plenário, a questão do direito de propriedade deixou de ser votada na sessão de ontem da Assembleia Nacional Constituinte.

O presidente Ulysses Guimarães, depois de fazer a interpretação da questão de ordem quanto à suspensão dos trabalhos a partir de um impasse no texto, colocou a matéria em votação, mesmo com os apelos de Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), Virgílio Távora (PDS-CE) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG), todos do Centrão, que defendiam a suspensão da sessão.

A proposta do Centrão foi derrotada por 208 votos, mas a presença indicada no painel eletrônico de 244 constituintes fez com que a decisão fosse transferida para segunda-feira.

A transferência já foi por conta da decisão da mesa, explicada por Ulysses Guimarães, de

que "quando ocorrer a figura do *vacatio legis* que pode ser traduzida popularmente como buraco negro, a mesa continua a votação e retorna posteriormente ao texto onde aconteceu o impasse, desde que haja acordo neste sentido e que não tenha sido aprovada matéria excludente", garantiu o presidente, que de bom humor, disse que "mesmo da presidência eventual da República, estarei ligado a desenvolver da Constituinte e a decisão tão importante do assunto que será votado".

EXPLICAÇÕES

A decisão do Centrão de negar quorum à sessão de ontem foi explicada de várias maneiras diferentes pelos seus líderes. Alguns deles, inclusive, acreditam que a votação do direito de propriedade poderá ser novamente adiada, pois os constituintes do grupo só foram con-

voçados para terça-feira.

Segundo o deputado Ricardo Fluzza (PFL-PE), mesmo que o Centrão tivesse decidido pelo acordo, não compareceria para votar, pois precisaria de comunicar aos demais constituintes o texto final.

— Nós dispensamos o pessoal ontem, garantindo que não haveria votação. Votar agora significaria trair o nosso grupo, disse Fluzza.

Já o deputado Afif Domingos (PL-SP), disse que a saída de plenário teve o objetivo único de dar mais tempo para o entendimento e para consulta.

— Nós tínhamos de auxiliar na negociação, assegurou.

A retirada de plenário tinha sido decidida na noite de quinta-feira numa reunião com 70 integrantes do grupo e não estava ligada diretamente com a negociação, garantiu o deputado José Geraldo Ribeiro (PDB-MG).

Acrescentou que o Presidente não está preocupado com a duração de seu mandato e ficou muito aborrecido quando se falou em Brasília que ele poderia trocar cargos por apoio: "O governo do presidente Sarney é de transição e não de transação".

Cafeteira enfatizou a retaliação que estão fazendo contra o Maranhão e admite que isso está ocorrendo por conta de grupos que combatem o Presidente, temerosos de que ele coloque pessoas de confiança para ocupar os postos. Um desses grupos, na sua opinião, é liderado pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

Forças Armadas acatam mandato, diz brigadeiro

Belém, — As Forças Armadas terão absoluto respeito à Constituição que for aprovada. Nossa posição nesse sentido é irredutível, declarou ontem o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octavio Júlio Moreira Lima, ao desembarcar no aeroporto militar de Belém, procedente de Brasília.

Segundo o ministro, as Forças Armadas acompanham com tranquilidade o desenvolvimento da Constituinte e acatarão a sua decisão que diz respeito ao mandato presidencial.

Pessoalmente, todavia, o ministro é favorável ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

Além disso, acrescentou, o mandato de cinco anos assegurará uma transição serena para o País. "Mas, a Constituinte e soberana para decidir", ressaltou.

Ulysses protela o rompimento

Em suas conversas com os líderes do chamado grupo histórico do PMDB, o deputado Ulysses Guimarães tem deixado transparecer que aguarda o término da Constituinte para reconduzir o partido ao que considera ser seu tradicional alinhamento com a opinião pública, rompendo com o governo Sarney ou, no mínimo, passando a adotar uma postura crítica em relação ao Palácio do Planalto.

E com esta proposta, ainda implícita, que Ulysses está tentando convencer os autênticos a desistirem da reunião do diretório nacional peemedebista no próximo dia 24. Em troca, ele acena com a realização de uma convenção nacional logo após a promulgação da nova Carta, quando então seriam discutidos todos os temas que afligem o setor progressista do partido — incluindo a relação com o governo.

Outro argumento utilizado pelo presidente do partido é o de que uma reunião do diretório, em plena votação do projeto constitucional, não só atrapalharia os trabalhos como também seria inócua. Antes da definição da Constituinte a respeito do regime e do mandato — especialmente o último — ele entende que o partido não tem o que decidir.

A retórica de Ulysses vem produzindo efeitos junto aos históricos. O senador Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, já se questiona se a reunião realmente convém ao seu grupo. "Diante da ponderação de Ulysses, precisamos reexaminar o assunto", acredita.

O senador Mário Covas, contudo, não vê nenhuma vantagem em distir do diretório. Segundo ele, os autênticos nada ganham com isso porque a convenção nacional se realizaria de qualquer forma após a Constituinte. E os problemas de identidade do PMDB, em sua opinião, são graves e urgentes.

Como ainda não ouviu pessoalmente a proposta de Ulysses no sentido de cancelar a reunião, Covas preferiu não se aprofundar no assunto. Disse apenas que se reserva o direito de insistir nas decisões aprovadas pelo grupo no último dia 9 de janeiro.

Os líderes históricos têm encontro marcado com o presidente do PMDB, na próxima semana, para definir o assunto. A reunião deveria ter ocorrido ontem, durante almoço na residência oficial da Câmara — cancelado na última hora em função da agenda de Ulysses no Palácio do Planalto.

Existe complô contra Sarney, diz Cafeteira

São Luís — A existência de um complô para desestabilizar o governo do presidente José Sarney foi denunciado pelo governador Epitácio Cafeteira, citando exemplos como o do presidente do BNDES, Márcio Forster, e o filho do ex-governador Franco Montoro, que ocupa a presidência e a vice do banco. Observou que se fosse em seu governo os boicotadores não passariam mais de 24 horas nos cargos que ocupam.

Na opinião do governador, tudo isso está ocorrendo porque José Sarney recebeu um ministério pronto, indicado pelo falecido Tancredino Neves, no qual o PMDB sozinho indicou 17 ministros. "No momento em que Sarney foi pedir desculpas pela morte de Tancredino, o PMDB aproveitou para tomar conta do governo".

Acrescentou que o Presidente não está preocupado com a duração de seu mandato e ficou muito aborrecido quando se falou em Brasília que ele poderia trocar cargos por apoio: "O governo do presidente Sarney é de transição e não de transação".

Cafeteira enfatizou a retaliação que estão fazendo contra o Maranhão e admite que isso está ocorrendo por conta de grupos que combatem o Presidente, temerosos de que ele coloque pessoas de confiança para ocupar os postos. Um desses grupos, na sua opinião, é liderado pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

Forças Armadas acatam mandato, diz brigadeiro

Belém, — As Forças Armadas terão absoluto respeito à Constituição que for aprovada. Nossa posição nesse sentido é irredutível, declarou ontem o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octavio Júlio Moreira Lima, ao desembarcar no aeroporto militar de Belém, procedente de Brasília.

Segundo o ministro, as Forças Armadas acompanham com tranquilidade o desenvolvimento da Constituinte e acatarão a sua decisão que diz respeito ao mandato presidencial.

Pessoalmente, todavia, o ministro é favorável ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

Além disso, acrescentou, o mandato de cinco anos assegurará uma transição serena para o País. "Mas, a Constituinte e soberana para decidir", ressaltou.

GIVALDO BARBOSA



Ulysses discute o regimento: no início da sessão, ainda havia número